



JUSTIFICATIVA

ASSUNTO: TERMO ADITIVO DE PRAZO

OBJETO: 4º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 043/2021-PMC, ref. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2021 – LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

FUNDAMENTAÇÃO: ART.57, INCISO II, DA LEI DE LICITAÇÃO Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

O Contrato em supracitado terá sua vigência expirada em **20/04/2025**. Tendo em vista, a necessidade do atendimento do serviço contratado, conforme o Contrato nº **043/2021-PMC**, referente ao **Dispensa de Licitação Nº 020/2021**, firmado com a Sr. **JOÃO BATISTA DO CARMO VIANA**, qual seja a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**, faz-se necessário realizar o aditamento contratual.

A necessidade de termo aditivo para Locação de Imóvel, surge da necessidade de imóvel que se adeque para o funcionamento do DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ/PA no endereço: Travessa Sete de Setembro nº 251, térreo, Bairro São Benedito, Cametá/Pa, uma vez que a Secretaria Municipal de Transportes, Terras e Obras - SETTOB, não possui imóvel próprio, sendo necessária a contratação de um prédio de terceiros para funcionamento temporário do serviço.

Desta forma considerando o fim do prazo do contrato em questão, se faz necessário o aditamento do contrato. Assim sendo, o aditivo proposto visa assegurar a continuidade e manutenção dos serviços a esta municipalidade, adaptando o contrato às condições dinâmicas do mercado e garantido a obtenção dos serviços dentro de parâmetros financeiramente equilibrados.

Lei de Licitações e Contratos garante à Administração a possibilidade de socorrer-se ao Aditamento, de acordo com o Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, *in verbis*:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II- à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com





vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

Destarte, nenhum motivo resta que possa impedir o aditamento contratual, seja do ponto de vista legal ou do ponto de vista que tenha maior vantagem.

Estando, pois tudo devidamente esclarecido e justificado apresentamos esta justificativa em conjunto, para que o Aditamento Contratual produza seus efeitos para continuidade da prestação do serviço.

Sendo plausível o interesse da administração tendo vista sua necessidade diante da continuidade da locação de imóvel para funcionamento do Departamento de Iluminação Pública, buscando atender as demandas desta municipalidade.

Cametá, 27 de março de 2025.

Maike Cohén Assunção
Chefe de Gabinete
Decreto Municipal nº 011/2025

Maike Cohén Assunção
Chefe de Gabinete
CPF: 04.399.932-53
De: Nº 011/2025